

Para contribuir com a compreensão dos efeitos e respostas em relação à pandemia de Covid-19 no agronegócio mundial, o Insper Agro Global passa a divulgar mensalmente o Boletim Especial Covid-19 com informações e análises relevantes do setor.

A partir do final de março, a rápida evolução da pandemia de Covid-19 e os riscos sobre as cadeias de produção associados às ações de isolamento social foram justificativas de governos para adoção de medidas que afetam o comércio internacional.

Com intenção de garantir a manutenção do suprimento, 22 países adotaram **restrições às exportações** até o início de junho, para um amplo conjunto de produtos agroalimentares. O valor total de comércio afetado por estas restrições correspondeu a US\$ 21 bilhões em 2018 [1]. O Quadro 1 descreve alguns produtos importantes à pauta de exportações brasileiras para os quais foram impostas restrições às exportações de março ao início de junho de 2020.

Quadro 1 – Restrições às exportações¹

Produto	Países que impuseram restrições	Principais destinos	Valor exportado (US\$ 2018)
Soja	Gana*, Romênia*, Armênia, Bielorrússia, Quirguistão, Cazaquistão e Rússia.	China, Ásia Central e Rússia, UE e MENA.	1 bilhão
Milho	Armênia, Rússia, Cazaquistão, Bielorrússia e Romênia*	MENA, Ásia e UE	1,2 bilhões
Arroz	Argélia*, Armênia, Bielorrússia, Quirguistão, Cazaquistão, Romênia*, Rússia, Vietnã* e Camboja*	China e ASEAN.	2,7 bilhões
Açúcar	Cazaquistão*, Quirguistão, Romênia* e Argélia*	MENA, Ásia Central e Rússia e EU.	150 milhões

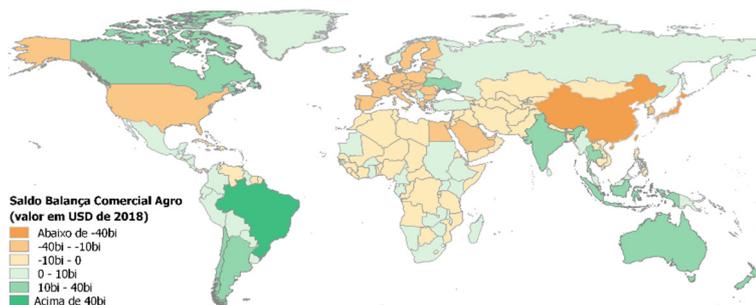
Fonte: Elaboração própria com base em IFPRI (2020)[1]. ¹Atualizado em 15/06/2020.

Nota: * restrições já expiraram.

Mais especificamente, no Quadro 1 verifica-se que o mercado de açúcar sujeito a restrição é pouco relevante. Já o comércio de arroz, milho e soja são mais afetados.

Até o momento, as restrições verificadas exerceram pouca influência no mercado internacional de commodities. No entanto, um movimento de crescente restrições ao comércio, em um sentido de crescimento de um “nacionalismo alimentar” global pode ser preocupante em termos de segurança alimentar, notadamente em países que são importadores líquidos de produtos do agronegócio, com destaque para regiões e países em desenvolvimento da África, Oriente Médio e Ásia.

Figura 1 – Balança comercial do Agronegócio no mundo (em valores USD de 2018)



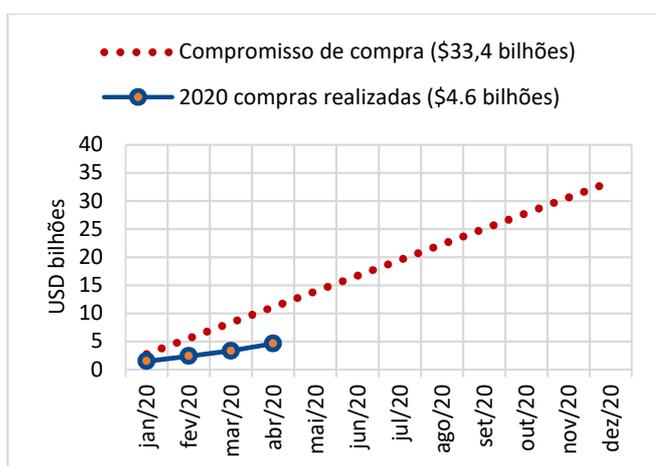
Fonte: elaboração própria com base em UNComtrade [2]

Outro tipo de medida que impacta o mercado internacional do agronegócio e que tem crescido em decorrência dos efeitos da pandemia são os **subsídios à produção**. Nos EUA, o Departamento de Agricultura (USDA) anunciou em maio um pacote de ajuda direta de US\$16 bilhões aos produtores rurais, prejudicados com a redução significativa da demanda e mudanças no padrão de consumo. Mesmo com tal anúncio, o setor pode vir a requerer ajuda adicional junto ao governo para manter a viabilidade financeira das operações agropecuárias, dado que informações de mercado indicam que os produtores norte-americanos já incorrem prejuízos da ordem de US\$20 bilhões neste ano. Considerando também importância de alguns estados agrícolas nas eleições presidenciais, que ocorrerão nos EUA em novembro deste ano, é provável que exista uma pressão política neste sentido.

Os dados mais recentes dos valores de apoio doméstico ao produtor nos EUA descritos na OMC (Organização Mundial do Comércio) são de 2016, quando o país dispendeu cerca de US\$15 bilhões no total de apoio doméstico. A média no período de 2008-16 foi de cerca de US\$14 bilhões. Portanto, apenas considerando o recente pacote de resgate anunciado, já se ultrapassa o alto patamar registrado em 2016.

A pandemia de Covid-19 também afetou o **acordo comercial dos EUA com a China**. Em sua primeira fase, anunciada em dezembro de 2019, previa-se uma conjuntura positiva no setor agrícola norte-americano, com a previsão de exportações em US\$ 33,4 bilhões em 2020. No entanto, este cenário mudou de maneira radical. As tensões entre EUA e China se elevaram durante a pandemia, agravadas também pelo contexto diplomático com relação a Hong Kong, fato que levou a China a pedir a suspensão de compra de soja e carne de origem norte-americana por estatais. A relação entre o que era previsto em exportações na fase 1 do acordo, para 2020, e o que se observa até o momento com relação a produtos do agronegócio embarcados dos EUA à China pode ser verificada na Figura 2.

Figura 2 – Importações da China dos EUA, acordo fase 1 anunciado e dados efetivados acumulados até abril/2020

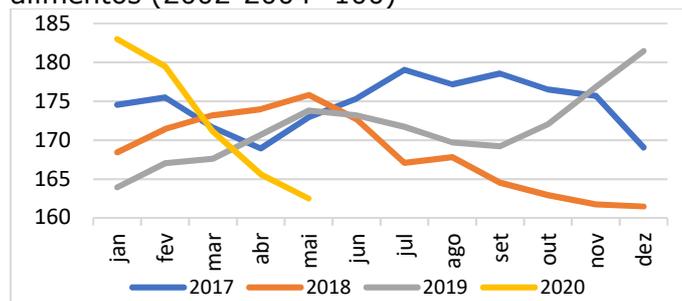


Fonte: Elaboração própria com base em dados da USDA [3].

Com relação aos **preços**, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) [4], o índice de preços internacionais de alimentos recuou em maio, pressionado pela demanda enfraquecida em função na contração na atividade econômica mundial – tendência observada desde o início 2020

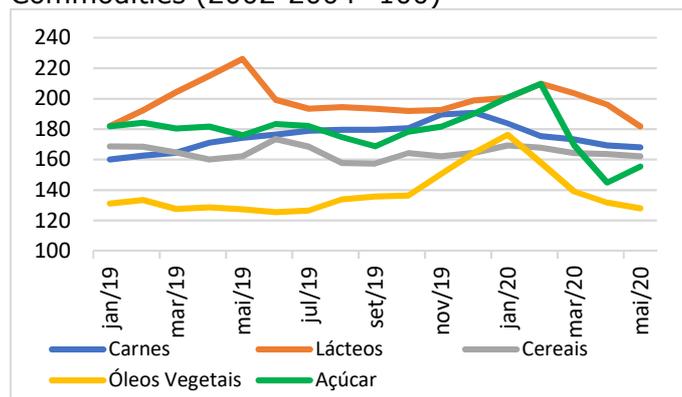
e agravada com a evolução da Covid-19 (Figuras 3 e 4). A exceção ocorre no mercado de açúcar, onde houve alta devido à queda na produção em países como Tailândia e Índia. Esse contexto impulsionou os embarques brasileiros do produto entre maio e o início de junho. Cabe destacar também que a China não renovou as medidas de salvaguarda para o açúcar, favorecendo a entrada do produto brasileiro no país.

Figura 3 – Índice FAO de preços global de alimentos (2002-2004=100)



Fonte: FAO (2020) [4]

Figura 4 – Índice FAO de preços global – Commodities (2002-2004=100)



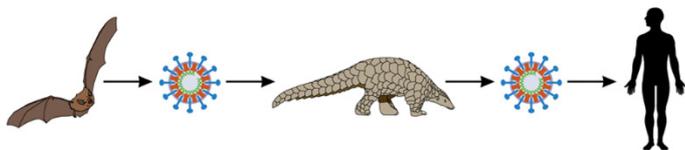
Fonte: FAO (2020) [4]

Outro efeito da pandemia no mercado internacional do agronegócio diz respeito ao aperfeiçoamento **das normas e padrões sanitários** ao longo de cadeias de consumo de animais, com o fim de mitigar os riscos associados às zoonoses.

Indícios sugerem que o vírus causador da Covid-19 saltou de um morcego para um hospedeiro intermediário silvestre e na sequência pulou para humanos, nas dependências de um *wet-market* na cidade de Wuhan na China [5]. O ambiente desses mercados, em geral, sem refrigeração, sem condições sanitárias adequadas e com grande aglomeração de pessoas é propício para tal tipo de ocorrência. Por outro lado, é notável que uma

parcela da população mundial depende, em algum grau, do consumo de animais silvestres [6].

Figura 5 – Origem provável da Covid-19



Fonte: Clerkin (2020) [7]

Dada a magnitude rapidamente alcançada pela Covid-19, emerge a necessidade de respostas no sentido de regular rigorosamente o comércio de animais silvestres para reduzir os riscos à saúde humana e a perda de biodiversidade.

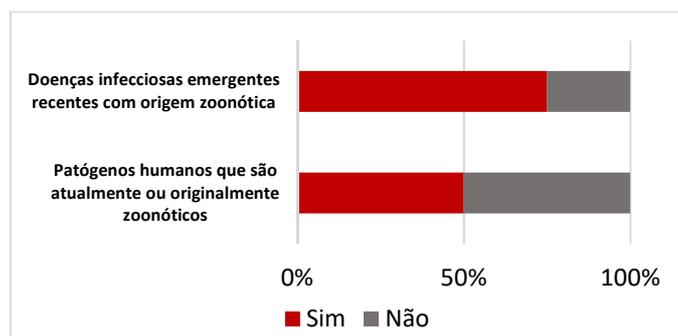
Inicialmente a própria OMS foi complacente com a manutenção dos mercados de animais vivos, mas agora está trabalhando em uma proposta para recomendar a suspensão da venda de mamíferos silvestres vivos em mercados de alimentos, mas não de animais de criação como aves e peixes [8].

A China restringiu temporariamente o comércio de animais silvestres, por meio da proibição ao consumo de carne e venda nos mercados. Em seguida iniciou uma repressão às instalações de criação para fins de consumo como alimento – cerca de vinte mil em todo o país -, porém, não houve interferência nas atividades ligadas à indústria medicinal. A cidade de Wuhan proibiu o consumo por um período de cinco anos. As autoridades chinesas trabalham para reestruturar a legislação concernente ao tema [9,10].

A OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) reconhece que o comércio de animais silvestres é uma fonte importante de proteínas, renda e meios de subsistência para comunidades locais. Por isso está desenvolvendo diretrizes e padrões para a atividade, com base em princípios de governança e regulamentação, que reduzem os riscos à saúde e apoiam o bem-estar animal e a conservação da biodiversidade. Esses padrões deverão resultar em

práticas sustentáveis e responsáveis no comércio legal, transporte, captura, criação, comercialização e consumo de animais silvestres. A OIE também está dedicada à criação de um conjunto de ferramentas para os países membros garantirem as melhores práticas em avaliação de riscos e gerenciamento de doenças associadas à cadeia de valor do comércio de animais silvestres. [11] A aplicação de medidas deste tipo em nível local, regional e global é fundamental para a prevenção de futuras pandemias.

Figura 6 - Zoonoses



Fonte: Rohr et al. (2019) [12].

REFERÊNCIAS

- [1] IFPRI (2020). Food Export Restrictions during the Covid-19 Crisis. International Food Policy Research Institute Blog Post.
- [2] UNCOMTRADE (2020). International Trade Statistics Database.
- [3] WTO (2019). World Trade Organization. Tariff Analysis Online.
- [4] FAO (2020). Food Price Index.
- [5] ANDERSEN, K G. et al. (2020) The proximal origin of SARS-CoV-2. Nature medicine, v. 26, n. 4, p. 450-452.
- [6] COAD, L. et al. (2019). Towards a sustainable, participatory and inclusive wild meat sector. CIFOR.
- [7] CLERKIN, Kevin J. et al. COVID-19 and cardiovascular disease. Circulation, v. 141, n. 20, p. 1648-1655, 2020.
- [8] THE ECONOMIST. (2020) Curbing zoonotic diseases. Will wet markets be hung out to dry after the pandemic?. The Economist, Hong Kong, Kampala e Sulawesi, 26 mai. 2020.
- [9] STANDAERT, M. (2020) Coronavirus closures reveal vast scale of China's secretive wildlife farm industry. The Guardian, Shenzhen, 25 fev. 2020.
- [10] THOMSON, B. (2020). Wuhan BANS eating wild animals. Daily Mail, 20 mai 2020.
- [11] OIE (2020). Statement of the OIE Wildlife Working Group. Abr. 2020.
- [12] ROHR, Jason R. et al. Emerging human infectious diseases and the links to global food production. Nature Sustainability, v. 2, n. 6, p. 445-456, 2019.

Expediente

INSPER – Centro de Agronegócio Global

Coordenação Geral

Marcos Sawaya Jank, Dr.

Pesquisadores

Camila Dias de Sá, Dra.

Cinthia Cabral da Costa, Dra. (Embrapa Instrumentação)

João de Souza Trigo, Bel.

Leandro Gilio, Dr.

Marco Guimarães, Bel.

Niels Soendergaard, Dr.

No boletim de julho, analisamos o resultado das exportações brasileiras do agronegócio do primeiro semestre de 2020 e questões sanitárias e ambientais relacionadas ao comércio que impactaram o mercado global do setor.

No mês de julho, completa-se 4 meses desde que a pandemia global foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e os efeitos econômicos começaram a ficar mais evidentes no Brasil e no mundo, com resultados negativos registrados em várias atividades. Para o agronegócio brasileiro, no entanto, desenha-se um cenário distinto, sustentado, principalmente, pela alta nos embarques internacionais.

As Figuras 1 e 2 mostram o comportamento em valor das exportações brasileiras do setor no acumulado de janeiro a junho de 2020 em relação ao mesmo período de 2019. Verifica-se alta de 9,8% nas

exportações totais, impulsionadas em grande medida pelo real desvalorizado com relação ao dólar.

Entre os principais produtos exportados, foram verificados crescimentos no primeiro semestre em soja, carne bovina, açúcar e carne suína em relação ao mesmo período de 2019. Reduções foram observadas principalmente em atividades não alimentares, como produtos florestais e fumo. O algodão, apesar de crescimento no acumulado do período, tem registrado queda mês a mês desde o início de 2020 (reduzindo de 8% em janeiro para 0,8% em junho a participação nas exportações do agronegócio).

A China foi o destino que apresentou maior crescimento, com alta de quase US\$5 bilhões em embarques e crescente representatividade nas exportações brasileiras. O país asiático já apresenta sinais de recuperação econômica em superação à

Figura 1 – Exportações brasileiras do agronegócio por produto (1º semestre de 2020 e 2019, em US\$ correntes)

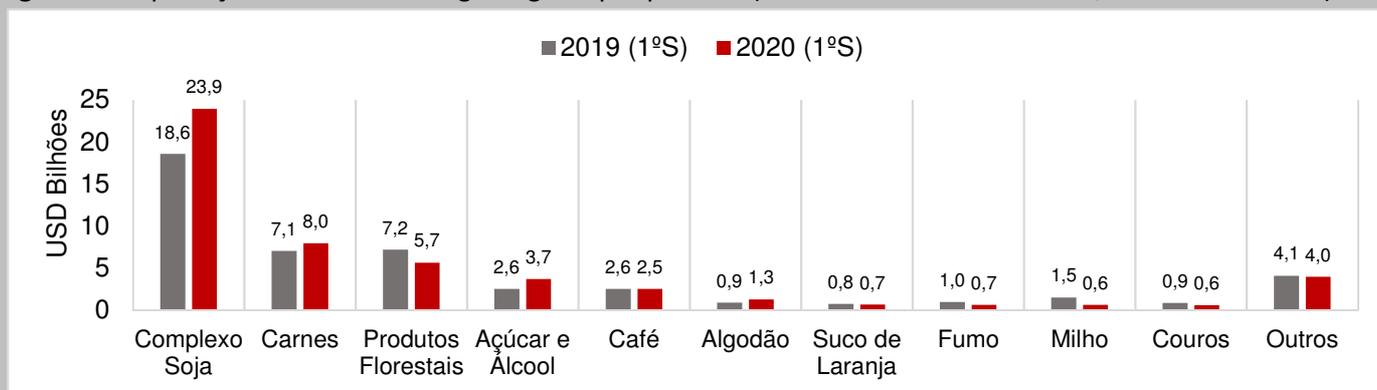
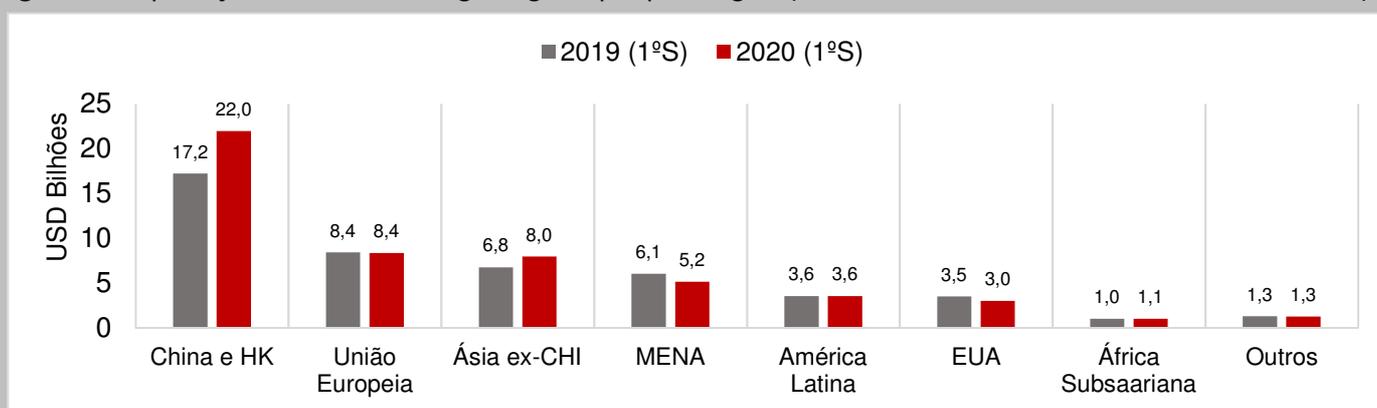


Figura 2 – Exportações brasileiras do agronegócio por país/região (1º semestre de 2020 e 2019, em US\$ correntes)



Fonte: MAPA – Agrostat (2020) [1]

pandemia, elevando a demanda por soja em um processo de recomposição do rebanho suíno após as grandes perdas ocorridas com a Peste Suína Africana em 2019.

Os demais destinos ficaram relativamente constantes ou apresentaram redução, como no caso dos países do Oriente Médio e Norte da África (MENA) e EUA.

Para os próximos meses, devido a comportamentos sazonais, são esperadas redução nos embarques de soja e crescimento ou constância para os demais produtos. Além do milho, já descrito, espera-se alta para café a partir de agosto. Com relação aos destinos, a participação da China deve se reduzir nos próximos meses devido a diminuição esperada nos embarques de soja e aumento dos demais parceiros em virtude da retomada econômica e diminuição dos bloqueios.

Até o momento, o cenário tem sido bastante positivo para o mercado exportador do agronegócio brasileiro, mas **duas questões relevantes vêm ganhando o foco internacional e podem se abater sobre o setor, provocando incertezas e possíveis prejuízos futuros.**

A primeira refere-se às restrições ao comércio de proteínas, que têm sido anunciadas pela China desde que um novo foco de Covid-19 surgiu em Pequim, no início de junho. Análises iniciais identificaram a presença do Sars-Cov-2 em tábuas de corte de salmão importado da Noruega em um grande mercado local e descobriu-se tratar-se da cepa europeia do vírus, fato que levou o governo chinês a apontar alimentos importados como possíveis fontes de transmissão.

Em resposta a esse novo surto, importações de salmão foram rapidamente suspensas e os produtos retirados do varejo chinês. O governo local adotou medidas ainda mais drásticas, como a suspensão de compras de plantas frigoríficas dos EUA (Tyson) e Alemanha (Tönnies), ambas com grande incidência da doença entre seus trabalhadores. Logo as restrições também se estenderam para plantas de processamento de carnes habilitadas à exportação em vários países, incluindo o Brasil (Tabela 1).

Tabela 1 – Restrições em plantas de processamento de carnes para importações por parte da China durante a pandemia.

País	Número de plantas restritas*
Alemanha	4
Argentina	6
Austrália	4
Brasil	5
Canadá	2
EUA	1
Holanda	4
Irlanda	1
Reino Unido	1

Fonte: Agrifatto com base em GACC (2020) – números em constante atualização. * Algumas plantas foram suspensas voluntariamente pelo país exportador.

As autoridades aduaneiras chinesas começaram a testar carnes, frutos do mar e frutas e verduras frescas que adentram no país para avaliar o potencial contagioso via alimentos. No início de julho, depois de 228 mil testes realizados, houve apenas uma detecção positiva em embalagens e paredes de um container [2,3]. Segundo a OMS, CDC americana e a agência de segurança alimentar europeia, peixes não possuem células com o tipo de receptor necessário para transmitir o vírus e atualmente não há qualquer registro de que o SARS-Cov-2 seja capaz de se multiplicar em alimentos. Além disso, a cepa encontrada no mercado em Pequim é praticamente idêntica àquelas identificadas em casos de Covid-19 encontrados no noroeste do país, logo, esta poderia ser a real origem do novo surto [4]. Por outro lado, há estudos que indicam que outros coronavírus são estáveis no estado congelado. Portanto, a evidência relatada nesta ampla gama de testes chineses ainda não foi capaz de descartar a possibilidade do vírus ter viajado longas distâncias nessa condição. Como não há um consenso científico claro, o medo do desconhecido acaba, por vezes, dando o tom nas decisões de agentes públicos e privados.

A discussão sobre a própria origem do novo coronavírus Sars-Cov-2 vem ganhando fortes conotações políticas e tem elevado as tensões existentes entre os EUA e a China. A especulação sobre a potencial origem estrangeira do surto recente alimentou sentimentos nacionalistas na China e tem sido usado oportunamente pelo governo chinês para assumir um discurso mais ofensivo,

ressaltando fatores externos como responsáveis para a situação presente. Este clima político, portanto, parece influenciar e complicar decisões que deveriam ser de caráter técnico sobre o risco sanitário associado à importação de alimentos.

A segunda questão destacada que pode afetar o desempenho do agronegócio brasileiro se dá pela conjunção entre a piora nos indicadores relacionados ao desmatamento na Amazônia e a aceleração da pandemia de Covid-19. Como herança da temporada 2019/2020, há na Amazônia, segundo o IPAM, uma área de pelo menos 4.500 quilômetros quadrados desmatada, que poderá vir a ser queimada e transformada em pasto [5]. Em junho, o desmatamento completou 14 meses de altas consecutivas quando comparado com o mesmo mês do ano antecedente. A área com alertas de desmatamento no primeiro semestre de 2020 já supera em aproximadamente 25% a área do mesmo período de 2019, de acordo com dados do sistema DETER [6]. Conforme o país e principalmente a região amazônica são afetados pela pandemia, os esforços de fiscalização do desmatamento ilegal na região também são prejudicados. Assim, a Covid-19 tem o potencial de agravar ainda mais a crise ambiental brasileira.

Como resposta, em 16 de julho o governo decretou a proibição de queimadas na região amazônica por 120 dias. A experiência de 2019 demonstra que tal medida pode ser eficaz em termos de reduzir o número de focos de incêndios, mas que não tem muito efeito em reduzir o desmatamento. E a pressão que o Brasil vem sofrendo internacionalmente tem aumentado.

Em junho, um grupo de investidores internacionais que juntos representam US\$ 3,7 trilhões em investimentos encaminharam uma carta ao governo brasileiro ressaltando forte preocupação com o desmatamento da Amazônia. Alguns afirmaram que futuros investimentos no Brasil dependeriam dos

esforços feitos para frear o desmatamento no bioma [7]. Em julho, alguns *traders* apresentaram compromisso de rastrear 100% das suas compras no Brasil, para garantir que produtos fossem livres de origem em desmatamento ilegal. É notável a presença da chinesa COFCO neste grupo, o que aponta para a possibilidade de que empresas chinesas também estejam voltando-se às demandas ambientais.

Em julho, a possibilidade de boicote aos produtos brasileiros chegou a compreender ação indireta, como a decisão da norueguesa Grieg Seafood de não comprar ração da Cargill por causa da alegada associação da empresa matriz com desmatamento no Brasil [8]. A intensificação do foco internacional em questões ambientais também aponta que o Acordo UE-Mercosul neste momento está muito distante de ser ratificado.

Em referência às políticas de restrição às exportações adotadas por alguns países no início da pandemia, destacadas no boletim de junho, estas permanecem ativas em apenas dois países. São eles: Turquia, para as exportações de limão e Quirguistão para trigo, óleo, açúcar, ovos, arroz e alguns alimentos processados. Ou seja, observa-se que houve um recuo com relação a este tipo de política de caráter nacionalista.

REFERÊNCIAS

- [1] Dakers, M; Hirtzer, M. (2020). Beijing's Latest Virus Outbreak Disrupts Tyson Foods and PepsiCo. Bloomberg. Acesso em: 21/06/2020
- [2] Bloomberg News (2020). China Signals Shrimp Virus Risk After Salmon Debacle. 10/07. *Bloomberg*. Acesso em: 23 jul. 2020.
- [3] Patton, D. e Xu, M. (2020). Chinese ports hit capacity as virus tests slow clearing: shippers. 17/07, *Reuters*. Acesso em: 23 jul. 2020.
- [4] TAN, Wenjie et al. Reemergent Cases of COVID-19—Xinfadi Wholesales Market, Beijing Municipality, China, June 11, 2020. *China CDC Weekly*, v. 2, n. 27, p. 502-504, 2020.
- [5] Ipam (2020) Área desmatada a ser queimada em 2020 pode superar os 4,5 mil km², 08/06. Acesso em 08 jul. 2020.
- [6] Inpe (2020) Terra Brasilis Mapa de Avisos (DETER). Acesso em: 08 jul. 2020.
- [7] Pupo, F. (2020) Pressão de investidores contra desmatamento gera alerta na equipe econômica, *Folha de São Paulo*, 23/6, 2020.
- [8] Lopes, F. e Salles, M. (2020) Desmatamento já é motivo para "bloqueios silenciosos", *Valor Econômico*, 9/7, 2020.

Expediente

INSPER – Centro de Agronegócio Global (contato: agroglobal@insper.edu.br)

Coordenação Geral

Marcos Sawaya Jank, Dr.

Pesquisadores

Camila Dias de Sá, Dra.

Cynthia Cabral da Costa, Dra. (Embrapa Instrumentação)

João de Souza Trigo, Bel.

Leandro Gilio, Dr.

Marco Guimarães, Bel.

Niels Soendergaard, Dr.

No boletim de agosto, trazemos informações sobre as restrições no mercado de carnes e questões sanitárias que envolveram a Covid-19 no mês.

Covid-19 e arbitrariedades comerciais nas carnes

Mesmo em meio à pandemia de Covid-19, o agronegócio brasileiro segue expandindo suas fronteiras. Em agosto, o Brasil recebeu permissão para exportar carne suína à Myanmar e miúdos de carne suína à Singapura [1]. Embora Singapura seja o segundo maior comprador da carne suína brasileira, atrás apenas de China e Hong Kong, essas duas aberturas reforçam dois fatos: (i) a região do Sudeste Asiático não se recuperou da grave crise de Peste Suína Africana (PSA); e (ii) o reconhecimento da capacidade de suprimento, com volume, qualidade e sanidade, da produção de carne brasileira.

Ainda assim, em agosto, o governo brasileiro recebeu o comunicado das autoridades chinesas sobre a presença de coronavírus (Sars-CoV-2) na superfície de um lote de asas de frango congeladas exportado pelo Brasil [2]. O anúncio reacendeu o debate sobre as restrições à importação impostas pela China a plantas de carnes ao redor do mundo após a primeira identificação do vírus em tábuas de corte de salmão em um mercado de Pequim.

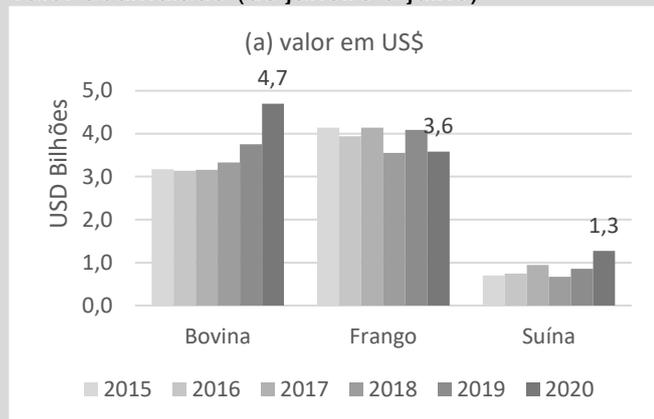
A despeito da comunidade científica, que vê com ressalvas a possibilidade de transmissão do vírus por embalagens ou alimentos transportados, a notícia gerou impactos. Em agosto, as Filipinas impuseram proibição temporária às importações de carne de frango brasileira, alegando preocupação com a importação de lotes contaminados com coronavírus [3].

Cabe destacar que, embora o Brasil responda por quase 15% das importações Filipinas¹ de carne de frango, o país foi, em 2019, apenas o 30º destino deste produto, representando 0,5% das exportações brasileiras [4]. Ou seja, esta restrição representou pouco para o mercado brasileiro neste momento, mas pode indicar um movimento de países da região na imposição de maiores bloqueios.

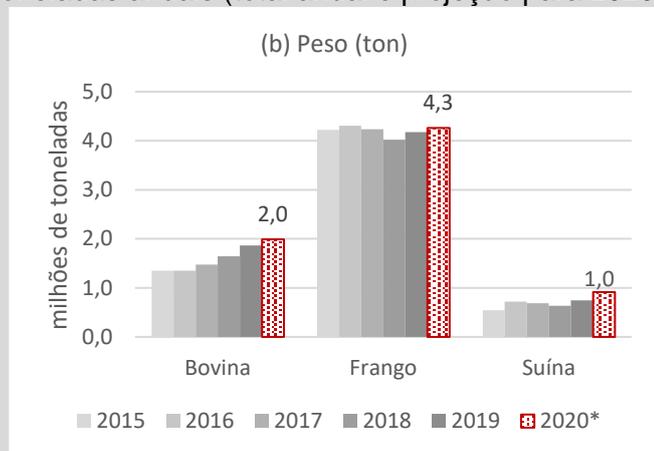
Após Filipinas, Hong Kong foi o segundo parceiro comercial a adotar restrições às importações brasileiras [5]. Desta vez, porém, a medida não foi sobre produto, mas sim à unidade produtiva da Aurora, em Xaxim (SC), de onde se originou a carga onde as autoridades chinesas identificaram contaminação. Em 17 de agosto, Guangzhou – capital da província de Cantão (Guangdong), vizinha a Hong Kong – suspendeu as importações de todas as carnes e pescados congelados provenientes de países com surtos acentuados de Covid-19 - como é o caso do Brasil [6]. Sem citar os países que viriam a sofrer com tal medida, especula-se que o vírus identificado na carga brasileira tenha motivado a ação.

Em resposta, o governo brasileiro e o setor privado têm agido para reverter esse cenário, argumentando que as medidas não são fundamentadas em evidências científicas e que não há riscos no consumo. O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), com apoio da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), pediu esclarecimentos e vem apresentando uma defesa técnica do produto nacional, além de indicar que enviará representações às Filipinas, China e Hong Kong, relatando ainda a possibilidade apresentar formalmente essa questão na Organização Mundial do Comércio (OMC) [7]. A Aurora, em uma demonstração diplomática, também optou por suspender voluntariamente as exportações da unidade afetada para a China [8].

Entre aberturas e fechamentos, o comércio internacional de carnes segue em alto patamar, conforme dados da **Figuras 1 e 2**. Destaca-se o segmento de bovinos e suínos, que tiveram alta de 23% e 34% em valor, em julho com relação ao mesmo mês de 2019. No entanto, para frangos houve redução significativa, de 27% na mesma comparação de períodos, com redução de embarques para mercados asiáticos (exceto China) e do Oriente Médio [4]. A China segue sendo o maior parceiro comercial do Brasil no agronegócio e o mercado responsável pela alta na demanda de carnes brasileiras.

Figura 1 – Exportações brasileiras de carnes em valor acumulado (de janeiro a julho)

Fonte: MAPA (2020) [4]

Figura 2 – Exportações brasileiras de carnes em toneladas anuais (total anual e projeção para 2020)

Fonte: MAPA (2020) [4] e Rabobank (2020) [13] / *projeção

Importante destacar que medidas chinesas que já estão sendo adotadas podem alterar esse cenário a médio e longo prazo, caso o governo brasileiro não melhore as suas relações com esse país.

Em primeiro lugar, temos o anúncio de avanços promissores no desenvolvimento da vacina contra a PSA [9]. Embora, no curto prazo, seja improvável que a China passe a demandar menos carne brasileira, por conta do enorme prejuízo em seu rebanho, tem havido altos investimentos na recomposição (indicado, inclusive, pela alta demanda por soja brasileira) e uma vacina poderia beneficiar não apenas a recuperação do rebanho chinês, mas também de outros países afetados.

Em segundo lugar, há crescente produção de frangos na China, que pode resultar em diminuição das importações. Atualmente, o país é principal destino do frango brasileiro e o segundo maior produtor de carne de frango do mundo, atrás apenas

dos EUA. Espera-se que a China atinja 14,85 milhões de ton. de produção carne de frango em 2020, um aumento de 8% em relação aos 13,75 milhões do ano anterior, quando cresceu 18% - por conta da PSA, investimentos foram realizados como medida de substituição da oferta suína [10].

Em terceiro lugar, há tratativas de investimento entre o governo chinês e o argentino para um considerável incremento na produção de suínos. A China pretende investir 3,5 bilhões de dólares para construir 25 novas plantas frigoríficas de suínos na Argentina, com previsão de aumento da capacidade produtiva de suínos de 700 mil para 900 mil toneladas em apenas quatro anos [11].

Nota-se que o governo chinês, que já vem suspendendo unilateralmente a importação de plantas de processamento de carnes pelo mundo por conta da preocupação com produtos contaminados, conseguiu que o governo argentino aceitasse implementar um certificado “anti-covid-19” [12]. Assim, cinco frigoríficos argentinos que estavam com suas vendas suspensas à China (voluntariamente), poderão novamente exportar.

A Argentina já é o segundo principal fornecedor de carne bovina para a China, atrás apenas do Brasil. Embora ainda se tenha muitas incertezas do que Pequim espera com esse novo certificado, o fato é que a Argentina possibilitou a abertura de seus frigoríficos suspensos para o seu maior parceiro comercial. Enquanto isso, o Brasil segue com seis plantas embargadas.

Expediente

INSPER – Centro de Agronegócio Global
(contato: agroglobal@insper.edu.br)

Coordenação Geral

Marcos Sawaya Jank, Dr.

Pesquisadores

Camila Dias de Sá, Dra.

Cinthia Cabral da Costa, Dra. (Embrapa Instrumentação)

Marco Guimarães, Bel.

João de Souza Trigo, Bel.

Leandro Gilio, Dr.

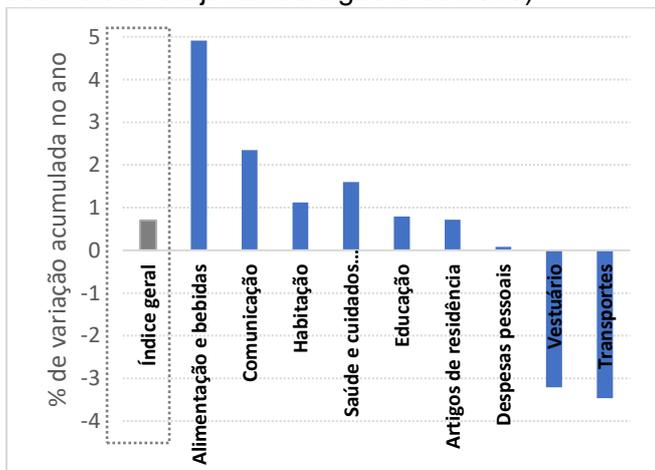
REFERÊNCIAS

- [1] ABPA – Contato pessoal - 08/2020
- [2] G1. Autoridades da China anunciam ter encontrado coronavírus em produto importado do Brasil. Acesso em 25 de agosto de 2020.
- [3] Folha de São Paulo. Filipinas proíbem frango do Brasil por medo de coronavírus. Acesso em 25 de agosto de 2020.
- [4] MAPA. Agrostat. 2020.
- [5] BroadcastAgro. ABPA diz que vai apoiar aurora em esclarecimentos contra suspensão de importação de Hong Kong. Acesso em 25 de agosto de 2020.
- [6] Financial Times. Guangzhou bans frozen meat imports over virus fears. Acesso em 25 de Agosto de 2020.
- [7] MAPA. Nota sobre decisão das Filipinas de suspender importação de carne de frango. Agosto de 2020.
- [8] Reuters. Aurora suspende vendas de frango para a China de unidade catarinense, 25 de agosto de 2020. Acesso em 25 de agosto de 2020
- [9] Gale, J. China Advances Development of Vaccine Against Pig-Killing Virus. Bloomberg. 18 de Agosto de 2020.
- [10] Patton, D.; Gu, H. Produção de frango da China continua a crescer e reduz apetite por importações. Reuters. 17 de agosto de 2020.
- [11] Goñi, U. China's billion dollar pig plan met with loathing by Argentinians. The Guardian, 14 de agosto de 2020. Acesso em 25 de agosto de 2020.
- [12] Mendes, L. H. Argentina exporta carne à China com declaração anti-covid. Valor Econômico. 19 de agosto de 2020.
- [13] Rabobank. Projeções para o mercado de carnes em 2020 atualizadas até agosto de 2020 – Informação via contato pessoal - 08/2020
- ¹ Dado referente à 2018 – GATS, USDA (2020).

Desde junho/20, o Centro de Agronegócio Global vem divulgando breves boletins mensais que lançaram foco sobre o efeito da pandemia de Covid-19 nos mercados globais do setor. A partir da edição de outubro/20, o boletim mensal entra em uma nova fase, ampliando o escopo de abrangência para a análise de temas que repercutem no âmbito do agronegócio. Nesta edição abordamos o risco de **inflação dos alimentos no Brasil**.

Ao longo de 2020, houve alta significativa nos preços ao consumidor de alimentos básicos no Brasil, fato que eleva a percepção prática de inflação pela população, pesando principalmente sobre as famílias mais pobres que gastam uma maior parte de sua renda com alimentação. Conforme Figura 1, apesar da alta acumulada do IPCA ter atingido apenas 0,7% até agosto de 2020, essa alta tem sido puxada principalmente pelo grupo “alimentação e bebidas”, que registrou alta de 4,9%.

Figura 1 – IPCA e grupos de composição (índice acumulado de janeiro a agosto de 2020)



Fonte: IBGE (2020) [1]

Dentro de “alimentação e bebidas”, a alta de preços foi puxada por produtos do agronegócio que são importantes no orçamento familiar brasileiro, com ênfase para o arroz (alta acumulada de 19,2%), que ganhou enorme destaque da mídia em setembro devido ao grande peso do produto dentro da cesta básica, feijão (28,9% preto e 12,1% carioca), farinha de trigo (12%), tomate (12,4%), cebola (50,4%), frutas (13,8%) e lácteos (11,28%) – Tabela 1.

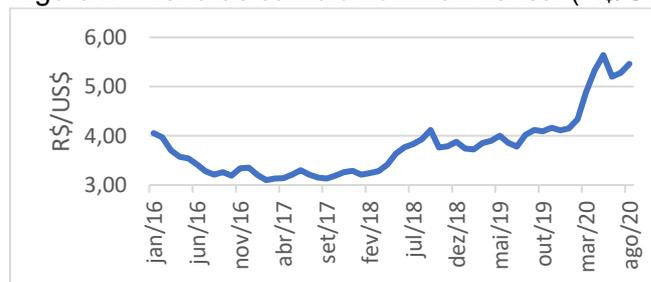
Tabela 1 – Índice de preços ao consumidor – variação acumulada em 2020 para produtos selecionados

Grupos e produtos	(%)
Cereais, leguminosas e oleaginosas	18.87
Arroz	19.25
Feijão - preto	28.92
Feijão - carioca	12.12
Farinhas, féculas e massas	4.15
Farinha de trigo	12.05
Tubérculos, raízes e legumes	20.77
Batata-inglesa	9.67
Tomate	12.38
Cebola	50.4
Hortaliças e verduras	11.61
Frutas	13.86
Aves e ovos	5.93
Leites e derivados	11.28
Óleos e gorduras	11.84

Fonte: IBGE (2020) [1]

A guinada de preços nestes produtos se justifica por uma série de fatores específicos para cada mercado, mas de modo geral as demandas interna e externa firmes contribuíram à formação deste quadro. No mercado interno, o consumo de alimentos ganhou forte impulso com o auxílio emergencial, além do maior dispêndio com alimentação dentro do lar devido ao período de pandemia. Já no contexto externo, exportações do agronegócio em 2020 vêm sendo incentivadas por uma série de fatores conjunturais favoráveis, mas cabe destaque à taxa de câmbio depreciada, com a desvalorização do real frente ao dólar intensificada a partir do influxo de capitais ocorrido em função da elevação de riscos a partir do início da pandemia, que eleva a competitividade dos produtos brasileiros – Figura 2.

Figura 2 – Taxa de câmbio nominal mensal (R\$/US\$)



Fonte: Bacen (2020) [2]

No caso específico do arroz, a alta de preços fez com que no dia 11 de setembro o governo, por meio da CAMEX liberasse a importação do total de 400 mil toneladas de arroz com isenção de tarifa, válida até 31 de dezembro [3].

A Figura 3 apresenta a variação do preço de arroz no mercado doméstico ao produtor (PD) e mercado internacional (PI) em 2020 e na média de 2017 e 2019. Os valores foram transformados em dólares e deflacionados para avaliação. Verifica-se que os preços internos ao produtor tiveram alta significativa a partir de maio, chegando a uma taxa bem acima do mercado internacional.

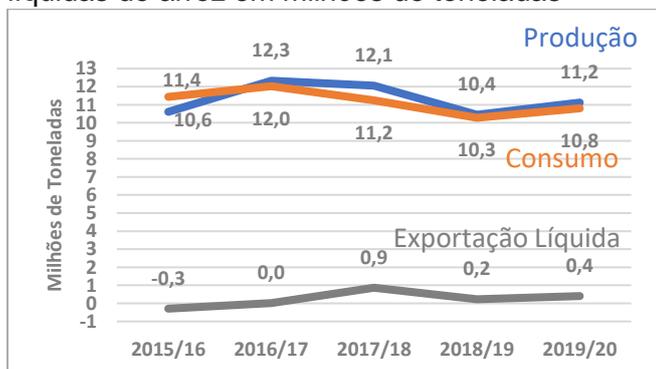
Figura 3 – Variação de preços do arroz (janeiro a agosto)



Fonte: Banco Mundial (2020) [4] e Cepea (2020) [5].
Nota: PI – Preço Internacional e PD – Preço Doméstico.

A produção interna de arroz, que tem sido decrescente nos últimos anos, foi pressionada neste ano por elevação do consumo, conforme Figura 4. Além disso, destaca-se também a redução nos níveis de estoques (queda de 90% na comparação de estoques públicos de agosto de 2015 com agosto de 2019) [6].

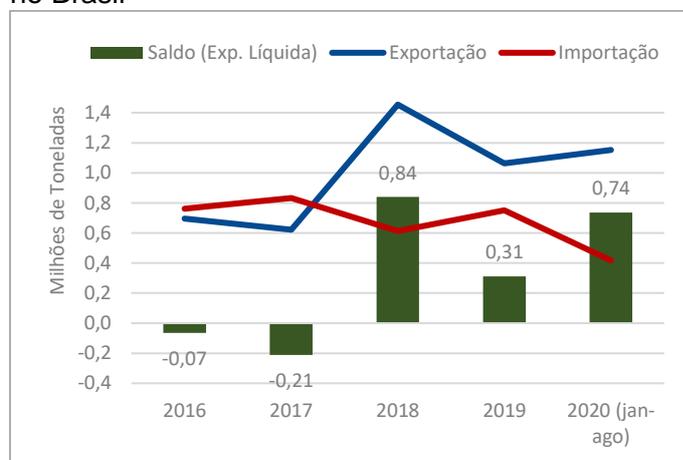
Figura 4 – Produção, consumo e exportações líquidas de arroz em milhões de toneladas



Fonte: Conab (2020) [6]

Entretanto, conforme figura 5, a pressão da demanda ainda não vem sendo respondida com elevação de importações, que chegaram a registrar queda em 2020. Tal fato deve-se à taxa de câmbio elevada (Figura 2), além do nível de proteção ao mercado de países fora do Mercosul (taxa entre 10 e 12 % ao arroz) [7]. No entanto, a liberação de importações pelo governo dentro da cota sem taxa não deve exercer pressão de baixa nos preços, dado o elevado preço internacional e a taxa de câmbio corrente (é o alto patamar de preços que viabiliza a importação), mas pode amenizar a tendência de maior elevação até a próxima safra.

Figura 5 – Importação, exportação e saldo de arroz no Brasil



Fonte: Mapa (2020) [8]

Outro importante grupo de produtos na cesta dos brasileiros, o leite e seus derivados apresentaram uma elevação bastante significativa de preços a partir de maio. Ainda que em 2020 o preço tenha ficado (até agosto) em patamar inferior à média dos anos anteriores, chama atenção o salto recente, conforme ilustrado na Figura 6.

Figura 6 – Variação de preços do leite (janeiro a agosto)



Fonte: Banco Mundial (2020) [4] e Cepea (2020) [5].

Neste caso, como os preços domésticos estavam menores que os internacionais e diante da incerteza da recuperação econômica, as importações do produto foram muito reduzidas nos primeiros meses de 2020. Quando houve o aumento de demanda, derivado principalmente do auxílio emergencial, seguiu-se o aumento no preço doméstico tornando a importação viável e necessária para expandir a oferta no país. Houve, portanto, uma corrida pelo aumento das importações, porém com um “delay” que repercutiu neste aumento maior no preço doméstico [9]. A redução no preço deste produto nos próximos meses, sem que haja alteração nas tarifas de importação, pode comprovar este efeito.

REFERÊNCIAS

- [1] IBGE (2020). Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 29 set. 2020.
- [2] Baco Central do Brasil – BACEN (2020). Taxa de câmbio nominal. Ipeadata. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38389>. Acesso em: 29 set. 2020.
- [3] CAMEX. Deliberações da 8ª Reunião Extraordinária do Comitê Executivo de Gestão – Gecex. Disponível em: <http://www.camex.gov.br/component/content/article/resolucoes-camex-e-outros-normativos/126-deliberacoes-gecex/2768-deliberacoes-da-8-reuniao-extraordinaria-do-comite-executivo-de-gestao-gecex>. Acesso em: 29 set. 2020.
- [4] Banco Mundial. Commodity Markets. Annual Prices. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>. Acesso em: 26 set. 2020.
- [5] CEPEA (2020). Preços agropecuários. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/consultas-ao-banco-de-dados-do-site.aspx>. Acesso em: 26 set. 2020.
- [6] CONAB (2020). Acompanhamento da safra brasileira de grãos. Boletim da safra de grãos, v. 7 - Safra 2019/20- n. 12. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safra/graos>. Acesso em: 29 set. 2020.
- [7] Brasil. Ministério da Economia. Camex. Disponível em: <http://www.camex.gov.br/tarifa-externa-comum-tec/tarifa-externa-comum>. Acesso em: 27 set. 2020.
- [8] Mapa (2020). Agrostat - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em: 29 set. 2020.
- [9] Carvalho, G.R. Embrapa Gado de Leite. Comunicação pessoal, 28 set. 2020.

Expediente

INSPER – Centro de Agronegócio Global
(contato: agroglobal@insper.edu.br)

Coordenação Geral

Marcos Sawaya Jank, Dr.

Pesquisadores

Camila Dias de Sá, Dra.

Cinthia Cabral da Costa, Dra. (Embrapa Instrumentação)

Marco Guimarães, Bel.

João de Souza Trigo, Bel.

Leandro Gilio, Dr.